



# T-Bill Rates, o engraxate do futuro

Por Rubens Penha Cysne



ano era 2098 e os brasileiros mais ilustres, incluindo economistas, alguns deles vindos direto da ilha de Santa Helena, foram convidados para deliberar sobre o problema.

Os ânimos estavam muito acirrados. Havia confusão nas ruas e o ambiente bastante influenciado pelo recente livro escrito pelo economista Neto, demandando e expondo as razões pelas quais deveria haver uma desvalorização cambial. O problema é que, desde a reforma monetária de 2068, não havia mais moeda em nenhum país do mundo. Logo, não poderia haver desvalorização. Mas o Neto tinha um ponto importante... Caberia depois ao economista Giovani, como veremos ao final deste conto, rephrasear adequadamente as demandas de Neto, salvando o país da falta de crédito e da morte por inanição.

Voltando à causa de todo aquele desespero, havia chegado o momento que os brasileiros mais temiam nos últimos 30 anos, desde 2068, quando as moedas foram eliminadas: uma missão do FSI (Fundo Soros Internacional), responsável por todo o crédito oficial no mundo, e também pelo não-oficial, em visita ao país, anunciou que os créditos externos ao Brasil seriam cortados em três dias. Para enten-

**O PROBLEMA É QUE, DESDE A REFORMA MONETÁRIA DE 2068, NÃO HAVIA MAIS MOEDA EM NENHUM PAÍS DO MUNDO. LOGO, NÃO PODERIA HAVER DESVALORIZAÇÃO**

der o motivo de tamanha preocupação, precisamos regredir nossa estória por um período de trinta anos, até o ano 2068.

Em 2068 o Brasil e os demais países decidiram, no célebre *Segundo Acor-*

*do de Maastricht*, realizado em Washington D.C., e não mais em Bonn, como o primeiro, abandonar, cada um, a sua moeda nacional, seja como meio de conta ou como meio de troca. Todas as transações, dos diferentes agentes econômicos, em cada país, passaram a ser contabilizadas unicamente em *Terra*, que passou a ser a única unidade de conta na qual as transações passaram a se expressar a partir daquele ponto, em todo o planeta.

Não havia notas ou moedas de *Terra*. Todas as transações entre agentes econômicos domésticos, para efeito de débito dos compradores e crédito dos vendedores de bens e serviços, eram registradas eletronicamente junto ao Tesouro nacional de cada país.

Nas transações internacionais, os respectivos Tesouros de cada país creditavam ou debitavam as transações entre eles. Assim, por exemplo, se o Neto comprasse uma aula sobre desglobalização (grande *must* do século 21) de Giovani, no valor de dois *Terras*, o Tesouro brasileiro debitaria Neto de dois *Terras* e creditaria Giovani do mesmo montante. Por outro lado, se Giovani fosse estrangeiro (não-resi-

dente), digamos, chileno, o Tesouro brasileiro debitaria Neto de dois *Terras* e creditaria o Tesouro chileno do mesmo montante. Ao mesmo tempo, também de forma automática, o Tesouro chileno creditaria Giovani de dois *Terras*, ressarcindo-o pelo serviço prestado a Neto. Em 2068, com o novo programa de T-Bill Rates, *Houses*, estes registros passaram a ter custo nulo, tornando as liquidações monetárias dispensáveis e ultrapassadas.

Mas o Brasil tinha um sério problema. Do primeiro ao décimo primeiro reinado, entre 2014 e 2068, na fase anterior à eliminação total de moedas, e a despeito dos insistentes apelos de Neto e das aulas do modelo macroeconômico Mundell-Fleming do Giovani, havia-se decidido manter constante a paridade entre o dólar e a moeda brasileira então vigente, o Basil. Não houvera alternativa, nem inocentes ou culpados. Com o passar do tempo, o Basil já desbancara há muito o outro fetiche nacional, o que gerou muito samba.

O único problema é que, desde 2014, os salários em Basis, e conseqüentemente em dólares, foram crescendo, crescendo, até o ponto em que ficava mais barato para qualquer um pagar o famoso construtor de programas de computador T-Bill Rates para passar por aqui e engraxar o sapato do que apelar ao engraxate da esquina.

Exatamente em 2068, quando o salário mínimo mensal brasileiro traduzido em dólares já comprava metade do Taj Mahal e dois cafezinhos servidos pessoalmente pelo Donald Duck, veio a criação do *Terra*, que passou a valer exatamente um dólar. Na reforma monetária, todos os demais preços do mundo mantiveram a sua paridade anterior em relação ao dólar e, conseqüentemente, em relação ao *Terra*. Inclusive o salário mínimo brasileiro (base de todos os demais rendimentos nacionais), cujo poder de compra havia agora sido mantido indefinidamente acima do limite mínimo que teria permitido alguma produção nacional de bens e serviços.

Isto posto, T-Bill Rates passou a receber convites e mais convites, e a aceitá-los, para engraxar vários sapatos e até chinelos de couro nacionais. É claro que T-Bill Rates precisava remunerar seu custo de oportunidade em cada vinda ao Brasil, e em 2068 este custo não era barato. Afinal, havia alguns anos que ele incluía no *Houses 65* um jogo que simulava embates com o Departamento de Justiça americano. O programa vendeu muito. T-Bill Rates comprara todas as cópias e teve enormes lucros.

Com T-Bill Rates cada vez mais rico e com um maior custo de oportunidade para engraxar sapatos ao sul do Equador, a conta daquele luxo nacional começava a pesar no balanço de pagamentos. O déficit em conta corrente explodiu com a nova mania de consumo. Evidentemente, todos os engraxates nacionais perderam seus empregos. Pior ainda, como T-Bill Rates era ambicioso e tinha outras



habilidades, perderam também seus empregos os engenheiros, os médicos, os taxistas etc.

Passados alguns anos, com a paridade do Basil ao dólar e conseqüentemente ao *Terra*, e os salários aumentando, todos perderam seus empregos. Exceto o Giovani, que conseguiu manter-se como franqueado da cadeia de pizzas Mundell-Fleming para o Brasil e América Latina. Giovani mantinha sua competitividade naquele país de elevados custos com uma ousada estratégia de marketing que o fez ganhar todo o mercado de Roypinol nos Estados Unidos. Propositamente, ele incluía no preço da pizza uma aula sobre política monetária do tempo em que havia câmbio fixo e flexível. A despeito de sua didática, o assunto era tão chato que ninguém entendia nada e a palestra, combinada com a pizza, funcionava como excelente sonífero.

Passados mais alguns anos, na virada dos anos 80, todo o consumo nacional passou a ser importado e pago com dívidas a vencer em futuro longínquo, emitidas diretamente pelo Tesouro Nacional Brasileiro, e adquiridas pelos Tesouros dos demais países. Cada gasto individual dos agentes econômicos brasileiros tinha como contrapartida débito equivalente (do agente) junto ao Tesouro Nacional, que creditava o Tesouro estrangeiro, que por sua vez creditava os exportadores do resto do mundo. O Brasil havia ganhado um prêmio do FSI por permitir o ajuste dos balanços comerciais de todo o resto do mundo, inclusive o de Cuba. E o da Albânia.

Não havia mais produção nacional. Os cidadãos, todos desempregados (exceto Giovani), dedicavam-se apenas ao lazer. As terras, máquinas e equipamentos passaram a ser de propriedade de não-residentes, provedores de todos os bens e serviços da economia.

O valor do PIB brasileiro se igualava à soma do valor adicionado do Giovani na fabricação (externa) das suas pizzas soníferas. Mas, apenas para simplificar as contas nacionais, considerava-se a remuneração de Giovani como donativo a não-residentes, o que tornava igual a zero o PNB (Produto Nacional Bruto).

Uma vez por ano, cabia a todos os brasileiros abdicar por dois dias ao lazer, para opinar unicamente sobre um assunto: se durante o próximo ano haveria crédito suficiente para se manter as importações necessárias ao *dolce far niente* nacional. O espaço de um ano era considerado o período estratégico mínimo para reorganizar a produção nacional.

Se a resposta fosse positiva, todos voltariam por mais um ano ao doce lazer, comprando carros americanos e dando ordem ao Tesouro brasileiro para emitir novos papéis da dívida. Se a resposta fosse negativa, caberia a Giovani traçar a estratégia de retomar a produção nacional de bens e serviços.

**PASSADOS ALGUNS ANOS,  
COM A PARIDADE DO BASIL AO  
DÓLAR E CONSEQÜENTEMENTE  
AO TERRA, E OS SALÁRIOS  
AUMENTANDO, TODOS  
PERDERAM SEUS EMPREGOS**

Após este retrocesso aos anos próximos a 2068, estamos agora prontos para entender o porquê de tanta excitação naquele fórum de 2098. A missão do FSI comunicara o que ninguém queria ouvir: tinha havido um erro de previsão e os créditos externos seriam cortados em três dias. A missão era

comandada por Luiz Caio Fábio, que havia emigrado para os Estados Unidos e ingressado no FSI após ganhar um concurso de contos sobre as razões do desprezo de Jorge Soros pelo capitalismo selvagem.

Isto posto, Giovani foi chamado para traçar uma urgente estratégia de sobrevivência. Afinal, o PNB era nulo e, em três dias, não haveria mais possibilidade de se importar nem ao menos alimentos. Todos morreriam de fome.

Giovani, a última esperança de se encontrar uma solução, marcou encontros separados no exterior com Mundell, Fleming e Bausch. Nos dois primeiros encontros Giovani discutiu a possibilidade de se reduzir a taxa de franquia das pizzas Mundell-Fleming, tendo em vista que a situação não era das melhores.

O terceiro encontro, com Bausch, foi terrivelmente enigmático para Giovani. Ele se preparara para o encontro lendo Poincaré (não o matemático, Henry, mas sim seu primo, Raymond, que estabilizara o franco em julho de 1926) e, pela nonagésima nona vez, Lombard Street, o seu livro preferido. Mas Bausch não fez qualquer referência aos assuntos tocados nessas leituras. Apenas enigmaticamente, e de forma sarcástica, sugeriu a Giovani que lesse um pouco de Keynes (Teoria Geral, 1936), um pouco de Teoria dos Jogos não Cooperativos e, principalmente, que comparecesse ao Grande Concerto que haveria na cidade naquela noite.

Definitivamente, Giovani pensou, Bausch não está nem um pouco preocupado com a situação do meu país. Então eu venho aqui pedir auxílio para uma situação gravíssima, em que ao final de três dias estará acabado todo o crédito que supre todos os bens e serviços para meus compatriotas, e ele me sugere uma leitura do século passado, e uma ida a um concerto?

Antes de se teletransportar novamente ao Brasil, disposto a admitir que não havia soluções para o problema brasileiro, Giovani, educadamente, compareceu ao concerto e agrade-

**O PNB ERA NULO E, EM  
TRÊS DIAS, NÃO HAVERIA  
MAIS POSSIBILIDADE DE  
SE IMPORTAR NEM AO  
MENOS ALIMENTOS. TODOS  
MORRERIAM DE FOME**



ceu aos três anfitriões. Estes, com um sorriso matreiro, despediram-se dele com a frase: “toda a formação humana se concentra na capacidade de resolver problemas, na capacidade de se expressar e na capacidade de generalizar. Exerça-as! E não esqueça a terceira delas”.

Aquelas palavras não saíram da cabeça de Giovani. De volta ao país, disse não ter solução para o problema. Havia pelo menos uma boa notícia. O FSI anunciara que, para não morrer de fome, os brasileiros mais capazes seriam aceitos para trabalhos forçados nos países credores, para onde, logo após serem transferidos em botes, receberiam roupas e alimentação. Um dia antes da rendição incondicional aos não-residentes, como pagamento aos débitos incorridos pelas gerações passadas, Giovani teve a idéia que lhe faltava para reorganizar a produção nacional.

Da Teoria Geral ele lembrou que a grande origem do desemprego é a falta de flexibilidade de salários. Das leituras da Teoria dos Jogos não Cooperativos ficava claro que tal rigidez se devia à falta de coordenação entre os agentes econômicos, que temiam reduzir seus rendimentos, para o país ganhar competitividade, sem que os demais o fizessem.

Como costumava dar palestras sobre a pré-história dos regimes cambiais, Giovani percebeu que na verdade a idéia de taxas de câmbio, desprezada no século 21, tinha importante papel no século 20. As taxas de câmbio permitiam uma queda coordenada e organizada de rendimentos em um certo país, o que majorava sua competitividade externa, eliminando o problema apontado pela teoria dos jogos não cooperativos.

Foi aí que ele teve um estalo de gênio, ao lembrar a figura principal daquele concerto: o maestro. Ele já não dispunha de taxas

**BASTAVA ENTÃO CONSEGUIR UM MAESTRO QUE, DE FORMA ORDENADA, CONVENCESSE TODOS OS BRASILEIROS A ACEITAR UMA REDUÇÃO DE SEUS RENDIMENTOS**

de câmbio, mas dispunha de um sistema centralizado de registros de preços e salários. Bastava então conseguir um maestro que, de forma ordenada, convencesse todos os brasileiros a aceitar uma redução de seus rendimentos. Não se tratava de uma desvalorização cambial à moda antiga, do preço de uma moeda em relação à outra. Mas sim de inúmeras desvalorizações simultâneas, das relações de troca (ou câmbio) de *Terras* por trabalho, de cada um dos residentes no Brasil. A combinação do maestro com o sistema centralizado de preços substituía perfeitamente as taxas de câmbio. Como dissemos anteriormente, Neto tinha um ponto em sua argumentação. Talvez não na forma, mas no conteúdo.

Divulgou-se então entre todas as demais nações que os rendimentos de residentes brasileiros, denominados em *Terra*, seriam, a partir daquele momento, divididos por 20.000.

Com isto, T-Bill Rates decidiu que era hora de abrir uma fábrica do programa *Houses* no Brasil. O emprego voltou, e com ele o Produto Nacional. As importações, antes pagas com papéis, passaram a ser pagas com o *Houses*. E todo mundo ficou contente. Até o dia em que a nova versão do *Houses*, o *Palaces*, passou a exigir trabalhadores mais qualificados. Mas este já é assunto para um outro conto, sobre educação.

O A U T O R

RUBENS PENHA CYSNE, economista